

MIGRAÇÃO E ESCOLA: UMA FRONTEIRA DE DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA CIDADE DE MEDIANEIRA

MIGRACIÓN Y ESCUELA: UNA FRONTERA DE DESAFÍOS PARA EL ENSEÑO DE HISTORIA EN LA CIUDAD DE MEDIANEIRA

BRANDÃO, Maria Aparecida Pereira.¹

OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de.²

Resumo: O artigo analisa os processos migratórios com destino em Medianeira/PR, considerando-a, na região fronteira, um dos circuitos imigrantes em busca de trabalho. A pesquisa mostra como cidades do oeste do Paraná, no caso específico de Medianeira, também se inserem na região de fronteira, geralmente caracterizada só pela região tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, *Puerto Iguazu e Ciudad del Leste*. Os filhos dos migrantes acessam o ensino público da cidade e conformam a escola como espaços de transnacionalidade. Os objetivos da pesquisa consistem em identificar os problemas de adaptação e preconceitos sofridos; investigar a percepção dos professores da rede estadual de ensino sobre os contextos dos estudantes migrantes; analisar os impactos do contexto de migração no espaço escolar; e propor ações que a escola possa utilizar no processo de acolhimento desses estudantes. A pesquisa tem uma abordagem teórica-metodológica embasada na pesquisa coletiva com grupos focais. Para tanto, foi realizada uma oficina com estudantes imigrantes e outra com professores da rede pública estadual de Medianeira. As oficinas articulam uma síntese entre teoria e prática, e contribuem para levantamentos dos desafios frente a presença de imigrantes no espaço escolar, bem como possíveis soluções para os desafios enfrentados.

Palavras-chave: Migração; Cotidiano Escolar; Pesquisa Coletiva.

Resumen: El artículo analiza los procesos migratorios con destino a Medianeira/PR, tomando en cuenta, la región fronteriza, uno de los campos de inmigración en busca de trabajo. La investigación muestra cómo las ciudades del oeste de Paraná, de modo específico de Medianeira, también se insertan en la región de frontera de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú y Ciudad del Leste. Los hijos de los migrantes acceden al ensino público de la ciudad y conforman la escuela como espacios de transnacionalidad. Los objetivos de la investigación son identificar los problemas de adaptación y prejuicios sufridos; investigar la percepción de los maestros de la red estadual de ensino sobre los contextos de los estudiantes migrantes; analizar los impactos del contexto de migración en el espacio escolar; y proponer acciones que la escuela pueda usar en el proceso de acogida de estos estudiantes. La investigación tiene un enfoque teórico-metodológico basado y la investigación colectiva con grupos focales. Con este fin, se realizó una oficina con estudiantes inmigrantes y otra con maestros de la red pública de Medianeira. Las oficinas articulan una síntesis entre teoría y práctica, y contribuyen para levantamientos de desafíos ante la presencia de inmigrantes en el espacio escolar, bien como las posibles de soluciones a los desafíos enfrentados.

Palabras-clave: Migración; Cotidiano Escolar; Investigación Colectiva.

¹ Licenciada em História /UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul). Especialista em Geografia Econômica/UNIOESTE (Universidade do Oeste do Paraná. Discente do Curso de Especialização em Ensino de História e América Latina – UNILA. E-mail: mariapbrand@gmail.com.

² Doutora em História Social. UNILA. Docente do Curso de Especialização em Ensino de História e América Latina – UNILA E-mail: suellen.oliveira@unila.edu.br

Introdução

A pesquisa que dá origem ao artigo analisou os processos migratórios da rota migrante com destino em Medianeira/PR e seus impactos nas escolas, embora a localização de Medianeira/PR seja há 60 quilômetros de Foz do Iguaçu, ela não é comumente considerada região de fronteira, porque está inserida na identidade territorial das cidades do Oeste do Paraná, como também seu território não circunda a fronteira com outros países, tal como Foz do Iguaçu, *Puerto Iguazu* e *Ciudad del Leste*.

Este é um problema relevante de pesquisa porque o circuito industrial formado pelas empresas como: Ninfa Indústria de Alimentos Ltda, Lar Cooperativa Agroindustrial e Dabol Indústria e Comércio de Móveis Ltda atraem migrantes para a cidade em busca de oferta de trabalho, logo a cidade enfrenta problemas de migração comuns aos territórios de fronteiras vizinhos. Os filhos dos migrantes acessam o ensino público da cidade e conformam espaço de transnacionalidade nas escolas. Como a cidade e sua rede escolar não estão preparadas para essa nova realidade e para gerir problemas de adaptação e acolhimento de estudantes migrantes, a pesquisa quis abordar essa problemática para investigar esses impactos no cotidiano escolar vivenciados por professores e estudantes, sobretudo propor soluções inovadoras para uma educação mais intercultural.

O recorte temporal escolhido será de 2017 a 2019, haja vista que em 2017 o Senado brasileiro aprovou por unanimidade o projeto Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7/2016, que revogou o Estatuto do Estrangeiro (1980) criado durante a ditadura militar e instituiu a nova Lei de Migração, regulamentada através do Decreto nº 9.199/2017, facilitando o ingresso de refugiados e solicitantes de refúgio para migrantes que viviam no País. Logo, não é coincidência que nesse mesmo ano recebi uma aluna oriunda de Porto Príncipe, no Haiti, com uma narrativa de vivência e migração diferenciada dos demais alunos migrantes que havia tido contato em sala de aula:

Sou professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná, QPM no Colégio Estadual Belo Horizonte/Medianeira/PR. A pesquisa que fundamenta esse artigo constitui o artigo de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito para obtenção do título de Especialista em Ensino de História e América Latina. Como professora observo os filhos dos migrantes acessarem

o ensino público da cidade, como a cidade e sua rede escolar não estão preparadas para essa nova realidade e para gestão dos problemas de adaptação e acolhimento de estudantes migrantes, essa inquietação culminou na presente pesquisa que investiga os impactos gerados no cotidiano escolar e propõe soluções para tal situação.

É necessário destacar que a política migratória do Brasil se mostra deficitária ao não abordar políticas específicas e efetivas no direcionamento e responsabilidades para com os imigrantes, muitas vezes a integração deles fica à cargo da sociedade civil organizada. No Estado do Paraná, para a efetivação dos objetivos das atuais políticas públicas de imigração foi criado o Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014/2016 que tem como objetivos específicos:

- I. Promover a efetivação dos direitos e garantias fundamentais individuais e sociais dos cidadãos Migrantes, Refugiados e Apátridas;
- II. Fomentar a cooperação de órgãos e entidades, no âmbito do Poder Público Estadual, com vistas à eliminação de preconceitos e promoção do respeito entre os povos;
- III. Possibilitar o monitoramento e avaliação das ações propostas no Plano Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas pela sociedade civil organizada. (PARANÁ, 2014, p. 20).

No eixo estratégico 1 destinado à Educação verifica-se quatro ações principais a serem desenvolvidas a partir de 2015:

1. Articular a inserção da temática da Migração, Refúgio e Apatridia em espaços educativos e de formação.
2. Desenvolver programas de Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas.
3. Estimular e desenvolver programas de Ensino de Língua Estrangeira para funcionários e agentes dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes, Refugiados e Apátridas
4. Garantir o pleno acesso para Migrantes, Refugiados e Apátridas à educação em todos os níveis e modalidades de ensino. (PARANÁ, 2014, p. 21).

No mesmo documento é possível verificar a parceria do governo estadual com o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Paraná (CERM), a Secretaria de Estado de Educação (SEED), as Instituições de Ensino Superior (público e privado), a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para que “promovam o Ensino de Língua Estrangeira para a equipe de funcionários dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes, Refugiados e Apátridas, que não tenham fluência na língua do público atendido” ou/e “que promovam o Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas.” (PARANÁ, 2014, p. 21).

Nota-se que a preocupação do governo do estado Paraná é garantir o acesso dos migrantes ao ensino, entendendo que a principal meta de inclusão do migrante é o aprendizado da língua. Sabemos que no processo de adaptação cultural de estudantes migrantes é fundamental criar um espaço de acolhimento intercultural, prevendo atividades culturais, encontros e abordagem da história de outros povos e culturas, entre outras estratégias e atividades pedagógicas.

Quanto às entidades tidas como parceiras na implantação da política estadual, cabe destacar que elas se encontram na capital do Estado dificultando o acesso e o apoio dessas políticas públicas para cidades do interior, como Medianeira. Esse direcionamento não especifica a quem cabe a responsabilidade no município, por isso temos um quadro de divergência e omissão na real efetivação das ações propostas, por isso essas ações acabaram não se concretizando em nosso espaço de vivência em Medianeira.

Por fim, sabemos pelo trabalho de Lima (2017) que “todo processo de tomada de decisão foi acompanhado por poucas figuras específicas, provenientes de órgãos do governo (na sua maioria) e das ONGs sediados na capital, enquanto os demais participantes tiveram uma participação fluída durante o processo.” (LIMA, 2017, p.183/184). Ainda que a Secretaria de Estado de Educação (SEED) tenha sido uma entre as parcerias firmadas para o desenvolvimento dessas ações, com exceção do acesso à Educação (matrícula), na prática em Medianeira não se observou a efetivação dessas ações. E a escola, que com recursos escassos e sem orientação adequada, tenta ir driblando as situações adversas para a real inserção e acolhimento dos alunos e pais migrantes³. É nessa realidade que foi aplicada a pesquisa. Após a reflexão teórica, passaremos a abordagem e descrição da problemática norteadora, dos objetivos e metodologia adotada que fundamentaram a presente pesquisa.

1) Espaço escolar: Incógnita do cotidiano

³ Não é observado o real comprometimento do governo para as questões levantadas anteriormente, isso se evidencia na ausência de comunicados e portarias direcionados às escolas que informem e orientem sobre as políticas públicas adotadas, bem como a falta de participação da comunidade escolar na construção das mesmas.

A temática migração nos remete a pensar o outro, que se faz presente em nossa vida em dado espaço e tempo. Sobre a forma como pensamos essa alteridade Marc Ferro (1985) nos faz um alerta de que a imagem projetada de outros povos e de nós mesmos está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Sobre essa representação, novos conhecimentos são incorporados, como opiniões e ideias, entretanto, nossas primeiras curiosidades e emoções permanecem indelévels. Sendo assim, a escola tem um papel fundamental na desconstrução de ideias equivocadas, estereotipadas sobre os imigrantes. Desconstruir estereótipos não é uma tarefa fácil, mas necessária.

Ao pensar a escolha da temática de pesquisa para o artigo de conclusão do curso de Especialização em Ensino de História e América Latina confesso não ter sido nada fácil, as possibilidades eram tantas que o pensamento não conseguia fazer o recorte necessário para o bom e necessário desenvolvimento da pesquisa, pensava: migrantes, negros, indígenas, pobres, “laudados”, disciplinados, indisciplinados. Quem são meus alunos? Os percebo? Os vejo? Quem são os esquecidos em sala de aula?

Como Maria Valentina, que em 2019 foi aluna recém-chegada do México, nascida na Venezuela, falante de espanhol e inglês. Sua história me remeteu a uma lembrança um pouco mais antiga e recente ao mesmo tempo. Lorvência. 2017. Aluna vinda do Haiti, se comunica em português, falante de crioulo e francês, hoje não mais minha aluna. Maria Valentina não domina a língua portuguesa. Eu, professora, dominante apenas do português e as crianças, pré-adolescentes, adolescentes com uma experiência de vida totalmente diferente de alunos migrantes recebidos em outros momentos de minha atuação como professora. Esse cotidiano despertou algo não percebido antes, mas não havia chegado ao ponto exato da questão, ainda.

Após dialogar com minha orientadora, estava eu em meus devaneios diários, explicando o conteúdo proposto no Plano de Trabalho Docente, corrigindo cadernos, orientando, esclarecendo e de repente, não mais que de repente percebi a convergência das inquietações. Todos os questionamentos mencionados envolviam particularidades, mas todos se afunilavam em uma só inquietação: migração e escola. Quais são os desafios do cotidiano escolar.

Ainda assim, faltava algo. Em mais um dia comum, mas não tão comum assim, olhava meus alunos do sexto ano D enquanto realizavam as atividades propostas,

aparentemente todos brasileiros. Geralmente, pensamos e falamos dos estudantes migrantes recém-chegados que de alguma maneira apresentam em sua forma de ser e agir características do país de origem, que nos tiram da nossa zona de conforto. E se tivessem outros estudantes imigrantes que por um processo de naturalização/assimilação da cultura brasileira, não eram percebidos? Então, perguntei se na sala de aula tinha alguém que não havia nascido no Brasil, para minha surpresa (e de vários alunos) três alunos se identificaram. Apareceu a última peça do quebra-cabeça: a percepção de que migrantes não eram só os recém-chegados. Entendo que estudantes migrantes no espaço escolar são todos aqueles que não nasceram no bairro Jardim Belo Horizonte, mas neste momento minha inquietude ia em direção aos não nascidos no Brasil. Indaguei: Como o ensino de História poderia ajudar no processo de acolhimento, adaptação e real inclusão dos estudantes migrantes nas escolas estaduais de Medianeira?

Ao transformar essa inquietação no meu projeto de pesquisa na pós-graduação, levantei a hipótese de que o ensino de História pode ser protagonista do processo de adaptação de estudantes migrantes porque traz à tona as diferenças que foram apagadas, silenciadas pelo processo de naturalização dos diferentes e das diferenças. O ensino de história ao considerar a escola um espaço intercultural e valorizar a história dos sujeitos, se torna a disciplina que promove o processo de desnaturalização cultural. Mas seria esse mesmo o papel do ensino de História, ou estaria eu atribuindo esse poder/competência. Naquele momento, não sabia se ao término da pesquisa sob à luz da problemática norteadora e da hipótese surgida se minhas aflições iriam cessar, mas era um caminho a seguir.

Nesse sentido, foi definido como objetivo principal investigar o uso do ensino de história e como ele contribui para o acolhimento e a real inclusão dos estudantes imigrantes no processo de ensino-aprendizagem. A partir deste, os objetivos norteadores foram: a) Identificar os problemas de acolhimento, adaptação e preconceitos existentes em relação a alunos imigrantes no espaço escolar. b) Investigar a percepção dos professores de História sobre os contextos dos estudantes migrantes. c) Analisar os impactos do contexto de migração nas escolas estaduais de Medianeira. d) Propor ações individuais e coletivas para o processo de acolhimento e inclusão dos estudantes imigrantes.

2) Ser migrante

Quando retomamos a história do povoamento do Planeta Terra, constatamos que o ser humano é um ser migrante. Vestígios das primeiras migrações apontam um grande deslocamento entre 40 e 80 mil anos, o que levou o ser humano partindo do Continente Africano a povoar todo o Planeta, sendo o clima um dos possíveis catalisadores dessas primeiras migrações. Em pleno século XXI, nos deparamos com ondas migratórias dos mais diversos territórios, onde não só o clima influencia, mas outras necessidades que surgiram ao longo do processo evolutivo humano. Nesse sentido, as migrações têm desempenhado um papel de destaque no cotidiano e no mercado de trabalho em função dos efeitos da Globalização. Podemos destacar a categoria trabalho e refúgio e relacioná-las a fenômenos climáticos, mas podemos considerar também que é nas relações humanas que as migrações mais se evidenciam. Aqui vamos abordar a questão do migrante trabalhador, categoria na qual estão inseridas as motivações da maioria da comunidade migrante de Medianeira.

Nessa perspectiva, em 1939 foi assinada Convenção nº 97 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalhadores migrantes, entrou em vigor somente em 1952. Cabe aqui destacar que 1939 foi marcado pelo início da Segunda Guerra Mundial, ou seja, milhares de pessoas viviam um momento de profunda incerteza e desilusões. No Brasil, a legislação sobre trabalhadores migrantes foi aprovada e ratificada pelo Decreto Legislativo nº 20 de 1965 e promulgado em 1966. Na referida Convenção, o Artigo 6.º diz que o país Membro da OIT

se obriga a aplicar aos imigrantes que se encontrem legalmente em seu território, sem discriminação de nacionalidade, raça, religião ou sexo, um tratamento que não seja inferior ao aplicado a seus próprios nacionais com relação aos seguintes assuntos: a) sempre que estes pontos estejam regulamentados pela legislação ou dependem de autoridades administrativas [...] b) a seguridade social [...] c) os impostos, taxas e contribuições, concernentes ao trabalho, percebidas em relação à pessoa empregada; d) as ações judiciais relativas às questões mencionadas na presente convenção. (OIT, 1949, documento eletrônico).

Em seu artigo 11 (OIT, 1949) esclarece que trabalhador migrante se refere a uma pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria.

No Brasil, recentemente, foi instituída a nova Lei de Migração, A lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017. Em seu artigo 1º, parágrafo II, define o imigrante como aquela pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil. A referida Lei (2017) adota uma política migratória em que fica explicitado no Artigo 3º, parágrafo II o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação. No artigo 4º é garantido, no parágrafo VII direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos. Essa lei, marca um grande avanço teórico no tratamento com o imigrante, pois ao ser comparada com o Estatuto do Estrangeiro (1980) percebe-se que no Estatuto, artigo 2º, o imigrante é visto como uma ameaça à Segurança nacional, sendo assim, tem-se mais proibições do que garantias.

Ao longo da história do Brasil percebe-se que há uma clara distinção entre o imigrante desejado e aquele que deve ser evitado. Ora, ir e vir, vir e ir faz parte das relações humanas, mas essa ação é delimitada pelas leis de cada país. No Brasil, ao longo dos séculos a entrada de estrangeiros esteve atrelada a interesses nacionais que nortearam a imigração e o trabalho desses imigrantes em território brasileiro. As diferentes migrações moldaram a identidade nacional causando impactos econômicos e culturais.

Segundo Seyferth (2002) no processo de colonização do Brasil, a questão da exclusão por referenciais raciais não ocorreu somente por meio de leis, mas subentendidas na imigração que se tornou sinônimo de europeu. Primeiramente, priorizou-se o alemão devido à “característica” de “bom agricultor”, homem de família e ocidental-cristão para a pequena propriedade, isto fica evidenciado nas fundações de colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foi nas províncias do Sul que, desde a década de 1840, investiram na vinda de imigrantes, apoiadas pelo governo imperial. Isso ocorreu por motivações econômicas e desejo do governo de ocupação do território por imigrantes.

Entretanto, para Seyferth (2002) a intensificação do processo migratório de alemães, levantou questões nacionalistas, já que os alemães no Brasil não praticavam as políticas “assimilacionistas”. Os colonos alemães estavam distantes do ideal brasileiro de nação, principalmente por não se enquadrarem no padrão “assimilacionista”, não era o imigrante ideal. Assim, no discurso do governo a imigração mais desejável para o

desenvolvimento nacional era espalhar imigrantes por todo o território nacional para evitar o desequilíbrio entre o Norte e Sul. O melhor imigrante, nesse discurso é aquele que não só se deixou assimilar, mas também se integra, pela mestiçagem, com os nacionais, promovendo branqueamento da população brasileira. Sob essa perspectiva a imigração mais conveniente seria a lusitana ou italiana.

Em 1930 e 1937, a colonização continuou atrelada a imigração, entretanto, a retomada com maior intensidade do “nacionalismo assimilacionista” provocou intolerância contra determinados imigrantes e fez com que

Para “evitar” os erros do passado, os imigrantes não deviam formar comunidades homogêneas, e a expressão “colônia mista” tornou-se denotativa da eficácia do processo de assimilação. Nesse caso, as novas áreas de colonização abertas no Sul, principalmente no planalto catarinense e paranaense, deviam receber imigrantes de diferentes procedências, e também colonos nacionais, evitando a formação dos chamados “quistos étnicos.” (SEYFERTH, 2002, p.137).

Para Benedict Anderson (2008), em “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo”, a construção da identidade nacional é expressa como a ideia de um mundo harmônico em detrimento as identidades regionais, negando-se assim a heterogeneidade e a diversidade existente.

O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [nation-ness] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para entendê-los temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e porque dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda. (ANDERSON, 2008, p. 30).

Para Anderson (2008) a definição de nação seria uma comunidade política imaginada, pois os membros de uma mesma nação, independentemente do tamanho, jamais conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar da maioria de seus companheiros, mesmo que todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

Nesse mesmo debate, em “A invenção das tradições” Hobsbawm (1994) esclarece que o desenvolvimento do nacionalismo no século XIX ocorreu por meio de práticas tradicionais existentes, entretanto, modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir aos novos propósitos nacionais de amor à Pátria. A inculcação do patriotismo/nacionalismo a membros de um determinado grupo se consolidou por meio

de sinais de associação como a bandeira, hino e armas nacionais, sendo a escola um espaço de excelência para essas práticas. O autor destaca que o estudo das tradições compreende as relações humanas com o passado, pois toda tradição inventada utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento de coesão grupal. Portanto, seu estudo deveria ser interdisciplinar.

A história como disciplina nasceu com essa missão patriótica, a fim de ensinar a pedagogia da nação. Essa tradição, ainda que questionada pelos historiadores, permanece como prática escolar e nos usos políticos do passado (GUIMARÃES, 2009). Jörn Rüsen (2012) traz uma nova abordagem para o modo como a História ensina e promove a identidade, propondo uma abertura para se pensar os discursos históricos como um diálogo entre a unidade e a diferença. Isso se evidencia ao criar as chamadas narrativas mestras, ou discursos mestres, que trabalham sobre o conceito de identidade. Para o autor, o problema está na maneira como valores e normas são usadas para contar as narrativas-mestras da nação que é necessária para a formação de suas próprias identidades. Cada identidade possui unicidade que tem uma implicação universalista, este é sempre contextualizado por uma cultura específica. A pós-modernidade, segundo Rüsen (2012), faz relativismo nas culturas. Ao fazer críticas às narrativas mestres, o autor demonstra que elas trazem a narrativa de determinada cultura. As narrativas deveriam ter peso igual, assim ao se cruzarem com outros discursos e identidades, terão conflitos, mas se aproximarão de uma verdade histórica ou teorias da história. A história enquanto ciência deve dar voz para todas as narrativas do passado.

3) Medianeira: identidade, história e o contexto de migração

A narrativa mestra da história que caracteriza a cidade de Medianeira é a de uma região do Oeste, construída pelos migrantes “pioneiros”⁴, isso ocorre como parte da própria narrativa do Estado. Localizado na região oeste do Paraná, distante cerca de 60 km da fronteira com Paraguai e Argentina, ocupa uma área de 314 632 km². De acordo com Rohde & Biesdorf (1996) Medianeira teve seu nascimento planejado em 1949 pela Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, que iniciaram os estudos

⁴ Rohde & Biesdorf (1996).

para a implantação do projeto de colonização da região. Assim como em outras regiões do Brasil, empresas colonizadoras tinham acesso às terras devolutas com o fim de promover a migração e ocupação do território. Segundo Gregory (2002), no período citado legislações e encaminhamentos políticos favoreceram o estabelecimento de companhias madeireiras e de colonização nacionais. Em 1951, fixaram moradia os primeiros colonos vindos do noroeste do Rio Grande do Sul, maioria de origem italiana e alemã. Em 31/07/1952, Medianeira se tornou Distrito de Foz do Iguaçu pela Lei nº 99/52, somente em 25/07/1960 pela Lei Estadual nº 1674245 foi criado o Município.

Logo se vê que a narrativa mestra foi pensada a partir dos colonizadores, dos imigrantes de descendência europeia, visto que a história de outrora, dos povos nativos, originários, não é lembrada na história oficial. Seria falsa ingenuidade e/ou hipocrisia negar a presença dos primeiros moradores deste espaço, os indígenas. A sua presença na história oficial, narrativa mestra foi apagada para que a memória sobre os colonizadores, “desbravadores”, “pioneiros” prevalecesse, assim dando a ideia de que a história da região de Medianeira se inicia a partir dos colonizadores que são enaltecidos com o nome de ruas de destaque em Medianeira, por exemplo.

De acordo com Gregory (2002), o governo brasileiro por muitos séculos se preocupou com a ocupação e exploração do território litorâneo, sendo recente ao considerar o tempo histórico a ocupação do oeste do Paraná. Essa região permaneceu sob a ocupação e poder dos indígenas até as emancipações políticas e a constituição dos estados nacionais na Bacia do Prata durante o século XIX devido as disputas fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Se na década de 1950 os migrantes vinham para a região denominada Medianeira em busca de terras, atualmente a busca se dá por trabalho. Segundo o Censo IBGE 2010, a população de Medianeira é de 41.817 pessoas, a amostra de migração de indivíduos que não residiam até 31/07/2005 em Medianeira e tem como lugar de nascimento um país estrangeiro demonstrou que havia 441 pessoas em Medianeira e 248 pessoas de nacionalidade estrangeira. O IBGE 2010 apontou o seguinte panorama sobre Medianeira:

Em 2017, o salário médio mensal era de 2.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 42.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 29 de 399 e 11 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 527 de 5570 e 139 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27% da população nessas condições, o que o colocava na posição 364 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 5155 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2010).

Com base no Portal de Imigração do governo brasileiro (2019) em 2017 Medianeira recebeu um total de 110 imigrantes procedentes do Paraguai, Haiti, Togo, Argentina e México, sendo 49 pessoas do sexo feminino e 61 indivíduos do sexo masculino. Em 2018, foram 67 imigrantes recebidos, 39 indivíduos do sexo feminino e 28 do sexo masculino, procedentes do Paraguai, Argentina, Haiti, Colômbia, Senegal, Guiné Bissau. Toda essa diversidade vai à escola, ao sentar nas carteiras como esses estudantes se sentem estudando um currículo de história que exalta a narrativa mestra do estado construído pelo trabalho dos migrantes europeus? Essas e outras questões foram objeto da nossa Pesquisa Coletiva (PRADA, 2008).

3.1) Caminhos: Desafios do cotidiano escolar

A prática metodológica está baseada na perspectiva bibliográfica, documental e fonte oral. Para a efetivação da análise foi utilizado estudos bibliográficos que abordam os processos migratórios no território brasileiro e sua regulação ao longo de sua formação e consolidação. Vale ressaltar que este não é o foco do estudo, mas se fez necessário sua contextualização para as relações com o oeste paranaense, Medianeira e o espaço escolar.

A pesquisa exploratória contou com abordagem teórica-metodológica embasada na pesquisa coletiva com dois grupos focais denominados de: Círculos de Aprendizagem. Tem por objetivo, a partir de uma postura dialética e crítica, coletar informações de estudantes e professores da rede estadual de ensino medianeirense sobre imigração tendo como rota Medianeira/PR e os desafios que este fato provoca no espaço escolar, local de interculturalidade. As oficinas com a temática “Migração e escola: desafios do cotidiano escolar” articulam uma síntese entre teoria e prática, a qual poderá contribuir para levantamentos de desafios frente a presença de estudantes imigrantes no espaço escolar, bem como possíveis soluções para os desafios enfrentados. Os

procedimentos para a efetivação da pesquisa ocorrerão pela perspectiva qualitativa e etnográfica.

Malinowski (1978) foi o primeiro a realizar uma pesquisa etnográfica com o objetivo de captar uma nova visão e compreensão de mundo de povos nativos com novas técnicas e métodos de investigação e interpretação. A partir dele, muitas inovações e contribuições ocorreram à medida que pesquisadores percebiam a importância de se ver o outro não como sujeito-objeto, mas sim, sujeito-sujeito. A escolha pela Pesquisa Coletiva nesse artigo ocorreu por exigir

que los participantes de ella reflexionen sobre lo que son, lo que hacen, sus sueños, sus dificultades, y las posibilidades de superarlas, tanto a nivel individual como colectivo. Este tipo de investigación formativa, mediante su propio desarrollo metodológico, pretende que grupos de analfabetos o con altos niveles de escolaridad se desarrollen como personas, ciudadanos y profesionales dentro del colectivo. (PRADA, 2008, p. 164).

No contexto citado, Prada (2008) esclarece que a pesquisa coletiva (nem sempre com essa terminologia: pesquisa-ação/Antón de Shuter, pesquisa-participativa/Borda, pesquisa-formação) enquanto forma didática de analisar informações e sistematizá-las de forma qualitativa por meio de grupos de discussão vem sendo desenvolvida há cerca de três décadas.⁵ Na América Latina (PRADA, 2008), a pesquisa-ação destacou-se ao abordar projetos de desenvolvimento comunitário e educação de adultos como meio para atingir objetivos ideológicos, políticos, religiosos, educacionais, sendo este último tutelado pelos Estados Unidos da América. Nesse sentido, concordo que “*el colectivo puede transformar el pensamiento de su papel social propio y de los otros, mediante una acción formadora, educativa y transformadora*” (PRADA, 2008, p. 163), o que implica o desenvolvimento de novas posições individuais e coletivas.

Entendo, assim como Prada (2008), que no decorrer da pesquisa coletiva, além de dados, o conhecimento é construído coletivamente através de procedimentos de intercâmbio, construção da própria metodologia e construção do coletivo. Parte-se do reconhecimento das individualidades para entender as redes de relações existentes nas interações entre as pessoas e seus conhecimentos. Esse encontro de conhecimentos

⁵ Prada (2008) cita em “Investigacion Colectiva: Aproximaciones Teorico-Methodologicas - Collective Research In The Teacher Formatio” como fontes conceituais para construção de suas concepções sobre a pesquisa coletiva autores como Orlando Fals Borda, Antón de Shuter, Edgar Morin, Agnes Heller, Jürgen Habermas, Karel Kosik, Peter Berguer, Thomas Lukmann, Ronal David Laing, Kurt Lewin, Antón Semiónovtch Makarenko, Lev Semenovch Vigotsky, Paulo Freire e Leontiev.

diversos propicia o processo de construção dos dados, que deve envolver alguns entendimentos: a) Todos os envolvidos na pesquisa são sujeitos que constroem seus conhecimentos. b) Os objetos de pesquisa são construídos pelo grupo. c) Os dados da pesquisa são construídos através da interação de todos os participantes. d) O rigor da investigação é dado na aproximação máxima das explicações provenientes do grupo que gera as informações sobre a situação do objeto. e) A metodologia objetiva a construção de consenso, em que a circulação de informações é caracterizada pela criação de condições em que todos os participantes tenham possibilidades iguais de comunicação.

A metodologia da pesquisa coletiva busca interpretar a subjetividade da informação, aproximando-se, tanto quanto possível, de onde surge o real significado dos discursos que a constituem. A qualificação dos dados é entendida como a construção da informação, mais próxima da subjetividade da pessoa que fornece os dados do que da subjetividade do pesquisador. Porém, o autor alerta que

Pesquisar os discursos sobre o cotidiano é uma prática complexa, sobretudo quando os espaços a serem pesquisados são espaços institucionais, sujeitos a inúmeras controvérsias, forças de poder, interferências internas e externas e onde o individual e o coletivo se cruzam, estabelecendo múltiplas redes de interações, olhares e interpretações, principalmente as afetivas e políticas, como é o caso da escola. (PRADA, 2012, p. 186).

Contudo, diante da complexidade da prática, por meio da pesquisa coletiva poderá ser construído os dados referentes aos saberes e experiências dos estudantes imigrantes e professores sobre os desafios que enfrentam, traduzindo a realidade dos espaços do cotidiano, produzindo teoria sobre uma prática e prática sobre uma teoria. Neste processo, há uma maior aproximação entre a pesquisa, o ensino e a aprendizagem a partir das práticas e dos discursos dos sujeitos que atuam nos espaços escolares. Ao objetivar os dados e contrastá-los com o conhecimento universalmente sistematizado, expressam os significados que desejam dar ao objeto em questão. Com esse entendimento, iniciamos a pesquisa coletiva com estudantes imigrantes e professores da rede pública de ensino.

3.1.1) Pesquisa Coletiva: Estudantes

Para a realização da pesquisa coletiva com os estudantes fiz um levantamento em todas as salas de aula do Colégio Estadual Belo Horizonte no período matutino, vespertino e noturno dos estudantes não nascidos no Brasil. A opção por não utilizar os registros do colégio (SERE) para esse fim, foi com a intenção de que o próprio estudante se auto reconhecesse como imigrante, para tanto me apresentei como aluna da UNILA, diferenciando meu papel como professora do colégio, expliquei sobre a pesquisa com a temática “Migração e Escola” e a importância dos mesmos para sua efetivação.

Após o levantamento, esclareci que para dar continuidade à pesquisa seria realizada uma oficina nas dependências do referido Colégio no dia oito de novembro de 2019, para tanto, enviei um bilhete pedindo autorização para os responsáveis dos estudantes para que ficasse ciente do trabalho desenvolvido, dia e horário para realização da pesquisa coletiva. Pelo levantamento em sala de aula temos 27 estudantes não nascidos no Brasil com idade entre 12 e 18 anos, dos convites autorizações enviados aos estudantes o grupo formado segundo o país de origem foi: Haiti: 1 estudante; México: 1 estudante.; Paraguai: 14 estudantes; e Venezuela: 1 estudante.

Para acolher os estudantes participantes, primeiramente, a sala foi organizada com cadeiras em círculo promovendo um círculo de aprendizagem, os formatos circulares são importantes para estabelecer conexão e promover resolução de conflitos. Ao recebê-los solicitei que assinassem a lista de presença e que escolhessem um “nome referência”, como estamos trabalhando com imigração solicitei que escolhessem o nome de uma cidade de seu país de origem para que os identificasse. Nesse momento, também me entregaram os termos de autorização de uso de imagem e depoimento. No horário combinado, iniciei pesquisa com o grupo dos estudantes, ressaltai que divergências de opiniões podem ocorrer, pois as experiências de vida são únicas e individuais, entretanto, a experiência de um pode somar-se a experiência do outro tornando nosso elo coletivo.

A partir desse momento, iniciei a exploração do foco da pesquisa estimulando a participação de todos. Assim sendo, cada questão norteadora promoveu o diálogo, o registro pelos próprios participantes em tarjetas coloridas das situações levantadas e após a montagem de murais. As questões norteadoras foram: 1) Quem é você?, 2) Por que você e sua família vieram morar em Medianeira?. 3) Como você se sentiu quando

fez essa mudança? Como você se sente vivendo aqui?, 4) Quando você pensa no país do seu nascimento, sente falta de algo? Do que você mais sente falta?, 5) Desde que você chegou no Brasil pense em um momento difícil que você viveu aqui na escola. A partir dessa reminiscência, como você superou esse momento? Qual foi a força usada para superar esse momento difícil?, 6) Na relação migração-escola, ainda existem problemas a serem resolvidos? Que propostas de soluções poderiam ser adotadas para superá-los?.

Na primeira questão norteadora objetivo era que os estudantes relatassem sobre como se reconheciam, suas origens, identidades e escolha do objeto trazido, que representassem a relação entre sua identidade e a cultura do país de origem. À medida que os estudantes se apresentaram e falaram sobre o objeto, este foi colocado no centro do círculo. Os objetos trazidos foram: boletim escolar, honra ao mérito escolar, lembrancinhas feitas na escola em homenagem as mães, fotografias de eventos escolares, pote de bolacha decorado pela avó paraguaia e comidas típicas (arepa e tipaguaçu), estatueta e chapéu mexicano. A relação do círculo de amizade também foi destacada com cuia de tereré, vestimentas para danças em grupo. O sistema monetário dos países de origem foi lembrado com moedas e notas do Paraguai e Haiti.

É relevante e faz parte do processo de pesquisa verificar se a busca pelo trabalho é realmente o fator preponderante para a migração. Com base nas falas e registros conclui-se que a vinda da família dos estudantes paraguaios para o Brasil em sua maioria foi motivada pelo acesso a programas de saúde gratuitos, entretanto, a escolha de Medianeira ocorreu pelo imaginário de grande oferta de emprego e possível melhoria na qualidade de vida. Os estudantes vindos da Venezuela e Haiti caracterizam necessidades mais amplas além do trabalho e saúde como segurança devido a situação caótica de fome e violência.

Com a intenção de identificar os possíveis problemas de adaptação, o modo de pensar, de agir, de viver e de conviver nesse novo espaço se configuram aspectos importantes que afetam diretamente os sentimentos, as sensações envolvidas frente à mudança inevitável. Assim, considerando o processo de adaptação os estudantes relataram que inicialmente foi difícil, se sentiram “tristes”, pois “é muito diferente”, entretanto, conseguiram se adaptar à nova realidade. Falar sobre saudade fez com que os estudantes se expressassem com empolgação e alegria, o ambiente foi tomado por ares

de nostalgia e com um brilho nos olhos relembrou e relataram sobre o que sentem falta, dos momentos vividos, das histórias que pareciam estar esquecidas. Os pesquisados apontaram que sentem falta principalmente da escola, dos familiares e da comida. Os estudantes paraguaios foram unânimes em dizer que é da escola que mais sentem falta.

Ao analisar os impactos do contexto de migração no espaço escolar com os possíveis momentos difíceis vividos, o semblante dos participantes se tornou sério e em alguns momentos o olhar ficou distante como se buscasse uma explicação para o que não há explicação: o preconceito. Os estudantes paraguaios destacaram que o brasileiro faz um pré-julgamento negativo sobre o Paraguai, considerando apenas o centro comercial próximo a Ponte da Amizade, lembraram sobre o uso do termo “xiru”, não gostam porque o brasileiro não conhece o real sentido da palavra indígena, a escrita e a pronúncia correta.

Segundo os relatos, o preconceito, a discriminação de colegas se evidencia mais com estudantes paraguaios por serem imigrantes, já a estudante haitiana não percebe preconceito por causa do seu país de origem, mas por causa do tom de sua pele. Os estudantes que vieram mais novos de quatro a oito anos relataram que o momento mais difícil foi estar na escola municipal, pois algumas crianças brasileiras os tratavam de forma diferente, na época não entendiam que era devido ao preconceito por serem estrangeiros e, principalmente vindos do Paraguai. Para superar os momentos de conflitos, relatam que enquanto criança não sabia como lidar com a situação. Suas narrativas demonstram que mesmo rebatendo as ofensas com o tempo acabaram “deixando pra lá”, “levando na brincadeira” e aprendendo a falar a língua portuguesa.

Os estudantes imigrantes que estão há mais tempo no Brasil como forma de sobrevivência acabam camuflando seus costumes, seu sotaque, e são assimilados pela cultura brasileira. Entre os próprios participantes houve surpresas ao descobrir que o colega era estrangeiro. Como forma de resistência, quando estão em suas casas, com seus familiares a cultura que prevalece é a do seu país de origem com comidas, músicas, costumes e língua materna. Os estudantes mais velhos relataram que por causa das situações difíceis que viveram e vivem quando chega um estudante estrangeiro na escola, eles procuram estar próximos, criando uma rede solidariedade e apoio. Percebem

que estudantes que migram de outros estados do Brasil também sofrem com atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Após a rodada de perguntas um momento foi reservado para que os estudantes observassem os murais formados. Após os estudantes indicaram a necessidade de encontros onde possam falar e compartilhar suas experiências, falar de suas origens, alegrias e aflições, que busquem estratégias de melhor acolhimento e vivência que respeite a diversidade existente. Sugeriram palestras na escola sobre diversidade cultural e a organização de uma “feira das nações”. Concluíram que precisam ter espaços de vez e voz. Para cerimônia de encerramento foi feita a dinâmica “Minha mão na sua mão” que sintetiza a nossa oficina, sempre temos algo para oferecer e para receber do outro. Em seguida, solicitei uma avaliação final sobre todo o processo vivenciado no círculo de aprendizagem de forma que todos se mostraram satisfeitos com a forma de realização e com a temática abordada. Eles também pediram que mais momentos como este em que possam falar abertamente de suas culturas e compartilhar com os demais. Agradei a todos pela participação e realizamos uma confraternização compartilhando alimentos e novas histórias.

3.1.2) Pesquisa Coletiva: professores

A seleção dos participantes inicialmente foi feita segundo o critério de ser professor de História da rede estadual de ensino de Medianeira devido a problemática norteadora. Para tanto foi feito contato prévio com treze professores de História da rede estadual de ensino que lecionam em Medianeira. Quatro professores justificaram com antecedência a ausência devido aos problemas particulares; quatro não conseguiram dispensa das escolas em que trabalham. No dia marcado para a pesquisa, dois professores alegaram problemas particulares e de saúde. Dos três professores de História que haviam confirmado presença, dois não compareceram e não justificaram a ausência. Dessa forma, a pesquisa se efetivou com a presença de um professor de História da rede estadual de ensino, uma professora de História e Geografia da rede

municipal e estadual de ensino e uma diretora da rede estadual de ensino em treze de novembro de 2019.

Os mesmos procedimentos iniciais já explicitados na oficina com os estudantes foram repetidos. Para garantir o anonimato dos participantes e ao mesmo tempo para referenciar a temática abordada, puderam escolher um país da América Latina para sua identificação, pois dos alunos pesquisados todos são dessa região. Os participantes optaram por serem identificados por: Venezuela, Cuba e Paraguai. As questões norteadoras foram: 1) Quem é você?, 2) Com base na sua experiência como você define um aluno imigrante? Quem é o aluno imigrante na sua sala de aula/no espaço em que você trabalha?, 3) Esses objetos pertencem a qual cultura? Eles estão presentes na cultura da cidade de Medianeira? O que te impede de perceber essas diferenças culturais? O que te impede de reconhecer os alunos migrantes em sala de aula em suas especificidades? , 4) Dentro da sua trajetória acadêmica, você viveu uma história de conflito na relação professor-estudante, diretor-estudante/professor, que envolvesse choque entre culturas? Descreva a situação de conflito e relate como resolveu a situação. 5) Existem problemas/conflitos a serem resolvidos? Como você se sentiria apoiado? O que ajudaria na solução desses problemas/conflitos?.

Tendo por base a temática migração é fundamental conhecer a narrativa que reflete a identidade de cada um. O professor Cuba percebeu-se como resultado de uma grande mistura de culturas diferenciadas. Antes de ser professor de História e Sociologia teve diversos empregos e morou em diferentes lugares o que permitiu ter uma visão de mundo a partir da classe trabalhadora. Teve o incentivo de sua esposa argentina para fazer faculdade e se tornar professor. Desde a infância, suas raízes estiveram ligadas a periferia, a ação política de resistência e em favor da valorização da América Latina, mapa que tem tatuado no braço, dessa forma, realiza-se sendo professor.

Venezuela se sintetiza em uma palavra “professora”, graduada em Química desde menina sempre gostou de ser ativa em todos os segmentos que se envolveu, destaca ser descendente de alemães, portugueses e italianos. A vontade de ser professora veio da observação e convivência com quatro tias professoras, a impressão que tinha é que gerava um certo *status* e estabilidade financeira. Paraguai relata que ser professora e

principalmente de Geografia veio da necessidade de ter uma profissão e de garantir seu sustento. Seu sonho era fazer enfermagem, do qual não desistiu totalmente.

A segunda questão norteadora teve por objetivo investigar a percepção dos participantes acerca dos alunos imigrantes em seu espaço de trabalho. O grupo pesquisado apresentou certa dificuldade para identificá-los. Identificam como imigrantes apenas os recém-chegados. Para a terceira questão norteadora foi mostrado aos participantes fotografias dos objetos trazidos pelos estudantes imigrantes na oficina realizada anteriormente, sem revelar esse fato. Ao analisar as fotografias dos objetos trazidos, o grupo pesquisado identificou como objetos que fazem parte da cultura da América Latina, mas não identificaram exatamente de quais países vieram. Ao questionar sobre os impedimentos existentes para perceber as diferenças culturais no espaço escolar, o grupo percebeu que há um processo de naturalização do imigrante, não o vendo como o “outro” em suas especificidades, mas que deva ser um de “nós” por assimilação, há uma exigência que o outro conheça e pratique a “cultura brasileira”, mas não há abertura de espaço para conhecer a cultura do outro. Na oficina com os estudantes, estes relataram que se mesclam aos brasileiros para não serem identificados devido aos preconceitos que sofrem.

Sobre os impactos que as diferenças culturais provocadas pela presença de estudantes imigrantes podem causar no espaço escolar os pesquisados não conseguiram identificar situações de conflito entre eles e os estudantes, entretanto teve o relato de que quando um aluno haitiano, que falava o crioulo e francês, ingressou no espaço escolar, uma professora não queria o aluno em sua sala de aula por não falar português. No grupo pesquisado mesmo que não consigam ainda identificar experiências de conflito entre eles e estudantes, refletem que um dos maiores conflitos é a não percepção da existência deles. Tais conflitos evidenciados na pesquisa com os estudantes foram confirmados pelos professores, nesse momento surgiu um questionamento: enquanto educadores o que nos cega de perceber que nossa atuação também catalisa esses conflitos.

Durante o momento reservado para que os participantes observassem os murais formados foi solicitado que fizessem suas considerações finais e propusessem ações que a escola pudesse adaptar para o processo de acolhimento desses estudantes migrantes. Todos demonstraram preocupação em ter um novo olhar sobre essa temática dando a

oportunidade para que as diferenças culturais possam conviver de forma harmoniosa e empática. Ao pensar o contexto do cotidiano escolar, reconhecem que existem desafios a serem enfrentados e resolvidos, principalmente, no reconhecimento e respeito à diversidade cultural existente em nossa cidade, mas muitas vezes silenciada, apagada.

O grupo identificou que esse silenciamento ocorre com estudantes oriundos de países da América Latina e que há uma supervalorização da cultura norte-americana e europeia, principalmente alemã e italiana, mesmo que nos espaços escolares trabalhados não tenham imigrantes desses países, apenas descendentes.

Em relação ao apoio necessário o grupo foi unânime em sintetizar em apoio humano. Destacam ser necessário trabalhar com os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para que questionem suas ações e assumam responsabilidades. Apontaram como possíveis ações: ouvir as histórias de vida e respeitar o local de fala do estudante; promover troca de experiências e reflexões em rodas de conversa e oficinas entre estudantes-estudantes, estudantes-professores; ao abordar os países da América Latina valorizar aspectos positivos da cultura, da região; exposição da diversidade de culturas no espaço escolar: costumes, danças, comidas, entre outros; formação para a empatia.

Em seguida solicitei uma avaliação final sobre todo o processo vivenciado no círculo de aprendizagem de forma que todos, assim como na oficina com os estudantes, evidenciaram estarem satisfeitos com a forma de realização e com a temática abordada, destacaram a importância de pesquisas que envolvam o dia a dia escolar e ressaltaram a efetiva participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem nesta ação-reflexão-ação de descobertas individuais e coletivas.

Considerações Finais

Ao iniciar este artigo destaquei o alerta de Marc Ferro (1985) sobre a imagem projetada de outros povos e de nós mesmos que está associada à História que nos ensinaram. Ressaltei que a escola tem papel fundamental na desconstrução de ideias equivocadas, estereotipadas sobre os imigrantes. Ao chegar às palavras finais desse artigo, o faço com uma profunda angústia. A escola tem esse papel, mas será que tem

cumprido. A fala dos estudantes migrantes é clara e precisa. No espaço escolar se sentiram inferiorizados, tristes, excluídos, silenciados, existe um conflito latente. Na fala dos professores não há conflitos. Ou não são vistos, percebidos, não tomam consciência de sua existência.

Se no processo de colonização do Brasil (Seyferth, 2002), a questão da exclusão por referenciais raciais não ocorreu somente por meio de leis, mas subentendidas na imigração que se tornou sinônimo de europeu, agora o que se vislumbra é que ela se torna sinônimo de não latinos americanos. Mas nem tudo está perdido, há luz no final do túnel. Precisamos trabalhar a empatia, realizar rodas de conversa e permitir que os estudantes tenham seu local de fala. A necessidade de incluir mais diálogos, debates nas aulas de História, como também metodologias ativas e participativas que propiciem o encontro e a escuta de todos e todas.

Percebam que esse artigo não traz uma solução final, traz mais indagações, inquietudes e aflições do que tranquilidade. O caminho não é a passividade de aceitar a assimilação/naturalização das diferenças e dos diferentes, Prada (2012) certamente nos alicerça ao mostrar que o caminho é

da prática à teoria com a finalidade de compreender a prática; retorna-se assim à prática com a teoria ressignificada, valendo-se dela para interferir melhor na prática; o que era considerado “objeto” a ser investigado passa a ser “sujeito” e por isso pesquisa é “dialógica” – ela se faz no diálogo entre os sujeitos participantes dela. Por ser este um processo alicerçado em fundamentos da pesquisa coletiva, possibilita o exercício da participação, a troca de saberes, a produção de conhecimentos como um processo de sistematização coletiva. (PRADA, 2012, p. 187).

Assim, como explicitado por Prada (2012), com o caminho definido, e não apenas pelos professores de História, a escola pode tornar-se coletivos de aprendizagens de apoio e estímulo mútuo entre os participantes da comunidade escolar no qual vários outros caminhos poderão ser vislumbrados.

Um ponto a se considerar no processo dessa pesquisa, dentre outros, foi a baixíssima participação dos professores de História. Sabemos que a Educação passa por um momento bastante delicado e alguns indicativos poderiam ser analisados posteriormente: cansaço, adoecimento físico e mental, a não participação em atividades não obrigatórias, não valorização da temática, entre outros.

Ao finalizar esse artigo e retomar a hipótese inicial de que o ensino de História pode ser protagonista ao trazer à tona as diferenças que foram apagadas, silenciadas pelo processo de naturalização e que o ensino de história ao considerar a escola um espaço intercultural e valorizar a história dos sujeitos, se torna a disciplina que promove o processo de desnaturalização, considero que a História tem essa competência, assim como as demais disciplinas. A responsabilidade deve ser de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, pois o processo formativo é da escola como um todo que pode validar de forma qualitativa esse processo fazendo uso da Pesquisa Coletiva que reeduca olhares e aproxima corações.

Referências Bibliográficas

ALVARADO PRADA, Luis Eduardo. Pesquisa Coletiva: Aproximações Teórico-Metodológicas. *Estudo pedagógico*, Valdivia, v. 34, n. 1, p. 157-172, 2008. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052008000100009&lng=en&nrm=iso>. acessado em 01 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052008000100009>.

_____. A pesquisa coletiva num processo formativo de estudantes-docentes. *Ensino Em Re-Vista*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2012.

FERNANDES, Duval Magalhães. CASTRO, Maria da Consolação Gomes. Anais: III Seminário de Imigração e Emigração Internacional e I Seminário do Observatório de Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA. *Resgate da Memória de Medianeira*. Coord. ROHDE, Hildegard Maria; BIESDORF, Elza Lorenzoni. Curitiba: CEFET-PR, 1996.

BRASIL. Estatuto do Estrangeiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm acesso em 29/09/2019.

_____.IBGE. Medianeira. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/medianeira/pesquisa/23/24007?detalhes=true> acesso em 29/09/2019.

_____.Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm acesso em 28/09/2019.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portal de Imigração Laboral. Sincro2017. Disponível em

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra> acesso em 29/09/2019.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portal de Imigração Laboral. Sincro2018. Disponível em

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra> acesso em 29/09/2019.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. Paris: Payot, 1981.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 35-50, 2009.

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. PR: Cascavel- EDUNIOESTE, 2002.

HOBSBAWM, Eric. RANGER (orgs), Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1994.

LIMA, Murilo Silva de. *Políticas públicas de acomodação da população imigrante: estudo dos casos da Catalunha e do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p. 203. 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OIT. Convenção n.º 97, Trabalhadores migrantes – 1949. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OITOrganiza%C3%A7%C3%A3oInternacional-do-Trabalho/convencao-no-97-da-oit-trabalhadores-migrantes-revista-em-1949.html> acesso em 10/10/2019.

PARANÁ. Plano Estadual de Políticas Públicas para a promoção e defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas. 2014. Disponível em <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PlanoEstadualMigranteRefugiadoParana.pdf>. Acesso em: 19/01/2020.

RÜSEN, Jörn. Cultura: universalismo, relativismo ou o que mais?. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 281-291, jul./dez. 2012.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, p. 117-149, 30 maio 2002.

_____. *Construindo A Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 41-58.